



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 9 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 25 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente apreciou e aprovou, na especialidade, o orçamento do Ministério de Obras Públicas e Recursos Naturais. Fizeram uso da palavra, além dos Srs. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais (Carlos Vila Nova), dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos) e das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos), os Srs. Deputados António Barros (MLSTP/PSD), Sebastião Santos (PCD), António

Ramos (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Hélder Paquete (ADI), Domingos Boa Morte (ADI), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), José Viegas (MLSTP/PSD) e Levy Nazaré (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que vamos dar continuidade ao nosso trabalho de discussão do OGE, na especialidade.

Eram 9 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Isabel Mayza Domingos
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
José António do Sacramento Miguel

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Neves Sacramento **Barros**
António da Trindade Afonso **Ramos**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Gaudêncio Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Mascarenhas **Costa**
Sebastião Pires dos **Santos** Nascimento

O Sr. **Presidente**: — Srs. Ministros, bom dia. Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais não sei se quererá fazer alguma intervenção prévia antes de passarmos a discussão.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais** (Carlos Vila Nova): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Apenas umas breves palavras, dizendo que a opção do Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais está plasmada aqui, sobretudo priorizar acções no domínio de abastecimento da água, reabilitação e construção de alguns troços de estradas e intervenção também na rede eléctrica. Acho que são as acções principais que temos como opção neste orçamento.

Algumas acções são acções que gostaríamos de poder ter executado, outras são novas, os recursos disponíveis não nos permitiram atender a muito mais acções que sabemos que são necessárias no quadro do País, nos sectores e nas áreas de infra-estruturas, pelo que com essas que estão aqui contamos e aguardamos também as sugestões dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos começar os nossos debates.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, bom dia.

Sr. Ministro, tendo levantado, aquando da discussão na generalidade do OGE, diversas questões e muitas delas tinham a ver com o seu gabinete e tendo o Governo se remetido ao silêncio no que toca a respostas a essas questões, inclusive o próprio Chefe do Governo, não vou hoje voltar a colocá-las, porque seriam de pouca importância. Se o próprio Chefe do Governo não respondeu, certamente o Sr. Ministro não me irá responder.

Quero fazer um alerta em relação a certos problemas que coloquei. Até o fim vão ser avançadas algumas propostas que estarão no orçamento do seu Ministério para se ultrapassar alguns problemas que o Príncipe enfrenta neste momento e que infelizmente não tem tido resposta do Governo. Estou a me referir ao início da requalificação da cidade de Santo António, a subvenção do custo da descontinuidade, que é um custo do Estado são-tomense, e também a uma verba de 2 mil milhões que está no orçamento do governo regional, que não tem nada a ver com essa obra, é uma obra que iniciou com outros empreiteiros. O concurso foi feito a nível nacional.

É mais ou menos isso, só para chamar atenção que essas propostas posteriormente serão avançadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Tenho alguma dificuldade em entender algumas rubricas que estão cá. Só para entender as coisas, aqui fala-se de funcionamento e manutenção de unidade, em muitos sectores vejo isso, mas não sei o que é, cuja alocação é de Dbs. 4 070 541 345 00 (quatro mil milhões, setenta milhões, quinhentos e quarenta e um mil e trezentos e quarenta e cinco dobras).

Também gostaria que o Sr. Ministro me pudesse elucidar melhor sobre o código 10.30 que fala de ambiente e mudanças climáticas, pois é uma verba que ronda os 55 871 750 000 00 (cinquenta e cinco mil milhões, oitocentos e setenta e um milhões, setecentos e cinquenta mil dobras).

Tenho também um outro problema para entender, de facto estamos a discutir o orçamento, mas haverá muita dificuldade em fazer o seu seguimento e fiscalização.

Diz aqui no documento, por exemplo, fundos da Nigéria e do FED, reabilitação de pistas rurais, GIME, da Nigéria com 12 mil milhões 770 e tal e do FED com 18 mil milhões, perfazendo uma média de quase 32 mil milhões. No entanto, não há descrição nenhuma de que estradas e que pistas vão ser reabilitadas. Ficamos no genérico, o que não é salutar para a fiscalização, para se saber o que se fez exactamente e o que se pretendia. Só se vê o montante, mas não se tem qual é o troço, nem a quilometragem.

Também do BADEA está «reabilitação do sistema de Ribeira Afonso», não sei que sistema é esse. Que me explicasse depois qual é o sistema, porque não sei se é de água ou de qualquer coisa.

Há também apoio sectorial, sociedade civil. O que é isso no orçamento? São verbas do FED. Ainda há outro falando de GIME Urbano, fundo da Nigéria. De igual modo temos da Nigéria, códigos 29.45 e 29.46, «construção de troços de estradas e reabilitação de troços de estradas», mas outra vez não há quilometragem, não há nada que se possa chegar e dizer que esses dados são para se construir tais estradas, tal quilometragem, para que numa avaliação posterior se faça uma fiscalização. Só temos descrição genérica.

Tem a questão de substituição da linha aérea de 30 KW em Santo Amaro, também o montante parece ser elevado, 47 mil milhões, pode até não ser, mas enfim, não sei quais são os parâmetros.

Acho que em São Tomé temos um defeito. Não sei se ao orçamentamos obedecemos todos os parâmetros de facto da orçamentação, para que essa obra seja esse valor, com os itens, a qualidade do material. Não sei se tudo isso tem sido feito.

Sr. Ministros, são essas preocupações que eu gostaria, neste momento, que me esclarecesse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho dúvidas em relação a certas questões e queria obter alguns esclarecimentos. Notei que no OGE há muitas direcções, por exemplo a Direcção de Transportes, Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais. Participei na elaboração do orçamento e sei que estas direcções não têm missões para o exterior, não têm capítulo referente a formação, enquanto por exemplo o Laboratório de Engenharia Civil e a DOPU têm. Talvez há critérios, são opções do Governo e temos que respeitar.

Por exemplo, a Unidade de Planificação e Segmento de Transportes tem uma verba de 214 mil milhões, enquanto a Direcção de Transportes só tem 74 mil milhões, três vezes mais.

A mesma coisa se passa com o Secretário-geral do Ministério, não há bilhetes nem formações, pode ser que venha a existir, mas não tenho conhecimento que haja. Não sei, penso que podíamos ver a possibilidade de alocação de um lado para outro.

Há sectores que estão a inovar, temos problemas da carta de condução, muitos problemas que se tem que resolver e quando a verba é três ou quatro vezes inferior, não sei como é que se vai cumprir isso.

Gostaria de ter um parecer do Sr. Ministro sobre isso, porque pouco fiz do orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Ministro, aquando da discussão do Orçamento na generalidade, enquanto Deputado eleito no Distrito de Cantagalo, levantei algumas questões e na altura fiquei bastante satisfeito com a sua prontidão em podermos ver essas questões a nível da especialidade. Uma vez que estamos cá para discutir o orçamento na especialidade, gostaria que o Sr. Ministro me elucidasse sobre algumas questões. Vejo aqui programação para construções e reabilitações de estradas, mas não constam as estradas do Distrito de Cantagalo, nem tão pouco o projecto de alargamento de abastecimento de água à população da Cidade de Santana a que o Sr. Ministro havia feito referência. É bem possível que esteja cá e eu não tenha visto, mas como o Sr. Ministro é o dono do orçamento pode saber onde se encontra.

Portanto, gostaria que me esclarecesse com relação a esses aspectos, se realmente o Distrito de Cantagalo irá ser beneficiado, se está afectado alguma verba para que a população possa beneficiar, não digo todas as estradas, mas pelo menos, nesta fase, de uma estrada e também a questão de abastecimento de água que o Sr. Ministro havia aflorado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro das Obras Públicas, estou com alguma dúvida em relação ao troço de Estrada Nacional n.º 1, por isso a minha preocupação é mais para esclarecimento.

Em 2011 havia um financiamento para requalificação dessa estrada no valor de 183 mil milhões, dos quais 147 mil milhões é financiamento do FED e 36 mil milhões é da Nigéria.

Vem agora para o orçamento de 2012 valor de 15 biliões. Se a estrada já foi efectivamente reabilitada, porque é uma estrada em que circulo diariamente, houve uma pequena intervenção há dois meses, talvez da ENCO ou da SONAGOL, salvo erro, para tapar os buracos. Todos sabemos que essa estrada tem um problema sério com a questão da orla marítima.

A verba reduziu, será que a intervenção que foi feita gastou uma parte da verba ou essa reabilitação não é uma reabilitação de fundo.

É esse esclarecimento que gostaria da parte do Sr. Ministro em relação à Estrada Nacional n.º 1.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sra. e Srs. Deputados: Falamos dessa questão aquando da discussão na generalidade e sinto-me um pouco ultrapassada pelos Srs. Deputados Sebastião Santos e Gil Costa, mas volto a fazer essa pergunta ao Sr. Ministro, porque necessitamos de explicações de tudo quanto é nacional. Acho que a nível do país há populações um pouco marginalizadas em detrimento da outra e como Deputados temos que ter conhecimento daquilo que fazem a nível do País.

Quando vem qualquer dotação a nível nacional, claro que ficamos sem saber na realidade o que está plasmado e o que se vai fazer. Depois disso, como é que vamos fiscalizar?

Há distritos que ficam marginalizados por vários anos. Falo concretamente do Distrito de Lobata, porque temos uma ponte que ruiu entre Agostinho Neto e a comunidade de Rio d' Ouro Pequeno. Aquela ponte é para nós uma prioridade, porque há crianças que se deslocam do Rio d' Ouro Pequeno à Cidade de Guadalupe, para irem à escola. Por causa da ausência daquela ponte já tivemos uma vítima mortal com cheia do Rio d' Ouro.

Ficamos sem informações para saber se na realidade está contemplada essa acção a nível do Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais. Falo também do acesso à Escola Secundária Básica de Guadalupe, ao Centro de Saúde e à Escola Primária de Guadalupe. É um troço de estrada que liga a Estrada Nacional n.º1, não tem muitos quilómetros, mas que se tem feito reabilitação a nível do País. Passaram por Guadalupe, mas não fizeram a reabilitação daquele troço.

A nível do Distrito temos muitas comunidades rurais, como já havia dito, em que as mais longínquas têm acesso mais difícil. Isso é para melhorar a vida dos trabalhadores, dos camponeses e mesmo dos utentes. Quando as pessoas ficam doentes e a ambulância vai para referenciar o paciente, torna-se muito difícil, sobretudo na época chuvosa.

Não esquecendo também da Vila de Santo Amaro, onde frisei que temos um troço de estrada que vai ao Cemitério daquela Vila, que há vários anos temos falado sobre isso aqui nesta Casa Parlamentar. Eu ou um outro Deputado, mas até o momento não sabemos o que o Governo tem em carteira para o Distrito de Lobata. Por isso, persisto com as minhas perguntas, esperando respostas, porque quanto tudo é nacional e desde o momento que não esteja especificado, há distritos que ficam marginalizados.

Sabemos que todos temos direitos iguais, então temos que partilhar o pão, mas priorizando o temos que priorizar. Há muitos problemas para resolver, mas temos que priorizar as acções que temos que fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, é só para saber se, independentemente das estradas urbanas, as zonas rurais do Distrito de Cantagalo também serão beneficiadas com esse projecto GIME.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Quando o Sr. Presidente da 2.ª Comissão solicitou ao Sr. Ministro se queria comentar algo, se não entendi mal, o Sr. Ministro disse que ficava à espera de propostas. Compreendo a posição e justamente por isso quero intervir, porque se calhar não passei a mensagem como devia ser.

É mais para alertar a mesa que ao encerrarmos hoje a análise do orçamento do Ministério das Obras Públicas que não fique totalmente fechado e que a mesa registe isso, porque vai-se propor algumas alterações. Só acho que não pode ser feita hoje, porque as verbas a serem suprimidas para fazer face a esses problemas, no que toca à Região Autónoma do Príncipe, estão em ministérios que ainda não se discutiu. Daí que não se pode suprimir a verba na ausência do titular do ministério, por isso é que quando

chegarmos a esse ministério também com o Sr. Ministro das Finanças, na altura, proporemos essas alterações.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado avançou uma ideia, mas não sei se regimentalmente pode ser assim. No Regimento, a discussão na especialidade é item por item, depois fazemos a aprovação e continuamos até acabar. Tem sido assim. Regimentalmente, é esse o procedimento.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Sr. Presidente, começaria por explicar as questões levantadas pelo Sr. Deputado Sebastião Santos.

No tocante a «financiamento da unidade», essa rubrica corresponde ao funcionamento do serviço, inclui papéis, combustíveis, enfim, funcionamento geral do sector.

No que toca a «ambiente e mudanças climáticas», essa rubrica é o projecto GEF do Banco Mundial em matéria das alterações climáticas e é um projecto que vai durar alguns anos.

Sobre a reabilitação das pistas rurais, o facto de haver duas rubricas, uma delas é a contrapartida nacional, sendo a outra com financiamento do FED para as opções do Governo e da União Europeia em matéria de reabilitação e construção de pistas rurais no País.

No sistema de abastecimento de água financiado pelo BADEA em Ribeira Afonso, trata-se de estudos e execução de abastecimento de água para aquela Vila.

Quanto à questão do «apoio sectorial» trata-se do FED. Faz parte dos compromissos próprios do FED em dar esse tipo de apoio, inclusivamente fazer auditoria aos sectores que recebem apoio desta instituição para reabilitação das pistas e dos troços, inclusivamente o GIME.

O GIME Urbano é uma componente do projecto GIME que tem a sua acção na zona urbana. Isto faz com que esse projecto tenha evoluído para que haja uma componente que possa reparar estradas secundárias, estradas em asfalto. Dou o exemplo concreto da intervenção que se fez na estrada que vai para a Praia Gamboa. A intervenção que se está a fazer de Bôbô Fôrro a Santo Amaro não está concluída por falta de materiais, há ruptura de stock de materiais no País. Portanto, é esse tipo de intervenção que o GIME urbano fez. Uma outra componente do GIME urbano está directamente ligada à Câmara municipal de Água Grande.

Nas rubricas «reabilitação e construção de troços de estrada» nós optamos por intervir na reabilitação total do troço de estrada de São Fenícia a Folha Fede e também intervir na estrada que sai de Água Crioula a Belém. Gostaríamos que fosse extensivo até Batepá, mas sabemos que todos esses troços não estão em bom estado. Como viram os recursos aí alocados, não são muitos, pelo que vamos trabalhar no sentido de reabilitar até Belém e então vermos como é que se poderá dar atenção a outro troço que ficará.

Na rubrica que se refere a 47 mil milhões, «linha aérea de alta tensão» é um projecto em curso, é continuidade e falta implementar essa parte. Outros troços de reabilitação de linhas de alta tensão foram feitas e esse financiamento é de Portugal.

O Sr. Deputado António Ramos fez uma comparação entre alguns sectores do Ministério no que toca ao capítulo de «formação e missões» em relação a sectores que não tinham essa rubrica bem especificada. O problema é que a gestão mesmo nos sectores onde estão especificadas será feita na DAF. Normalmente é assim, o que não quer dizer que nesses sectores caso, haja necessidades de se efectuar missões de serviços, elas não sejam feitas. Temos vindo a constatar que, muitas vezes, mesmo as rubricas afectas ao Gabinete do Ministro não são utilizadas apenas pelo Ministro. Portanto, é uma questão de gestão e de dizermos como é que elas são utilizadas. O que existe nos outros sectores pode ser utilizado para os sectores onde não estão afectos.

A unidade de «planificação e seguimento de transportes» é uma unidade nova e, como sabe, com o apoio e o financiamento da União Europeia que se dedica à elaboração de muitos projectos em matéria de transportes e de mobilidade urbana. Pelo que a alocação que está feita é a que achamos necessária para o seu funcionamento, tendo em conta que à medida que o projecto for avançando, passará a ter só nosso encargo. Não é ainda o caso, mas será esse o objectivo. Aliás, é um sector que está a trabalhar muito ligado também à Direcção de Transportes, porque muitas das suas actividades prendem-se com o sistema de transportes e de mobilidade humana em geral.

Nas questões levantadas pelo Sr. Deputado Gil Costa, referentes a construções e reabilitação de estradas, é o mesmo que acabei de explicar a um outro Deputado que me tinha colocado a questão.

Abastecimento de água a Santana, sim. De facto tivemos também a ocasião de referir que seria dada uma atenção particular a Santana, no sentido de começar lá a execução de um sistema de abastecimento de água. Isto está na rubrica «abastecimento de água às populações». Portanto, vamos retirar parte no que toca a Santana do Plano Director de Água que eu me referi na outra ocasião e vamos concluir os termos de referências e lançar um sistema de abastecimento de água em Santana, bem como estudar e, eventualmente, lançar também na mesma rubrica um sistema para a parte norte da Região Autónoma do Príncipe. São as duas prioridades nossas para esta rubrica de abastecimento de água às populações.

O GIME é um projecto de amplitude nacional, actua em todas as regiões e em todas as estradas do País. Quando a sua intervenção é nacional, não poderíamos deixar de fora as estradas nacionais do Distrito

de Cantagalo. Elas são componentes integrantes do projecto GIME e sabemos que o GIME tem estado a agir de forma contínua em todo o País, mantendo, em termos de limpeza, intervenções pontuais e pequenas reparações em todo o País e a situação não será diferente no Distrito de Cantagalo.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa levantou a questão da Estrada Nacional n.º 1. Efectivamente, foi feita uma intervenção no piso com a contribuição de um fundo social disponibilizado pela ENCO, que melhorou a transitabilidade daquela estrada, mas a rubrica que se refere é da União Europeia. É preciso fazer a requalificação, a construção e a protecção de toda a orla costeira daquela estrada que se encontra bastante degradada. Esse projecto iniciou em 2011 e foi lançado um concurso, mas porque tecnicamente a União Europeia entendeu que não estavam reunidas todas as condições face à enormidade e a disparidade das propostas apresentadas, ela não adjudicou neste ano 2011 este concurso a nenhuma das empresas concorrentes. O processo continua e pelas informações que temos da Embaixadora da União Europeia em Libreville, será decidido nos primeiros três meses do ano que vem. Sem que haja essa intervenção naquela estrada, não se deverá investir seriamente no piso e ela terá que se manter no seu estado de transitabilidade até que se conclua esse projecto, que é um grande projecto e que vai de facto assegurar e garantir a própria existência da estrada, porque ela se encontra bastante mal. A erosão é muito forte e a degradação também é bastante grande.

A Sra. Deputada Filomena Monteiro levantou a questão da ponte do Rio d' Ouro Pequeno. Efectivamente foi um incidente que aconteceu no decurso do exercício de 2011 e tentámos, em mais de uma ocasião, fazer accionar fundos próprios que eventualmente encontraríamos junto ao Ministério das Finanças, para poder resolver o problema, mas não foi possível. Depois de tentarmos resolver esse assunto conjuntamente com o Ministério das Finanças, vai ser possível avançar para a construção de uma ponte metálica, que permitirá a ligação do Rio d' Ouro Pequeno e o Rio d' Ouro e tornar transitável a circulação de pessoas naquele troço. Está encontrada a forma de o fazer e, portanto, através da cooperação internacional, o Sr. Ministro das Finanças já me garantiu que será executado, uma vez que já tínhamos elaborado todo o dossier técnico para a construção dessa ponte.

Quanto aos acessos a que se referiu, efectivamente eles não estão inscritos e alguns desses acessos, não é o caso de Distrito do Lobata, mas no caso concreto do Distrito de Cantagalo, até já tinha sido abordado e tratado com a Câmara Distrital. Nós fizemos um levantamento técnico de todas aquelas estradas e entregámos, a pedido da Câmara Distrital de Cantagalo. Isso não quer dizer que não haja uma intervenção nacional, mas essas intervenções para o caso concreto de Cantagalo como de Lobata será definido ou feito de acordo com a própria programação que teremos em matéria de pistas rurais. Essa programação é feita de comum acordo com a União Europeia. Há todo um conjunto de acções que serão executadas ao longo deste ano e veremos em que medida se poderá dar uma atenção particular a estas que estão aqui, mas no orçamento não está previsto executar esses troços. Eles poderão ser vistos de acordo com a programação que existe.

Sr. Deputado António Barros, fiquei exactamente em dúvida e aguardava a proposta, porque não fez propostas de requalificação da estrada da Cidade de Santo António. É uma preocupação que nunca escondemos, mas é uma intervenção de grande vulto e, se fizermos a requalificação como tecnicamente deverá ser feita, ultrapassará 1 milhão de euros. Não havendo disponibilidade para tal, temos tentado, no quadro do nosso próprio orçamento em exercício, criar cenários para que se possa fazer melhorias nas estradas da Cidade de Santo António. Portanto, é um dos cenários que temos estado a trabalhar no próprio quadro do GIME Urbano, por exemplo. Eventualmente poderemos encontrar formas de fazer o lançamento para melhorias das estradas da Cidade de Santo António. Não é um problema esquecido, preocupa-nos, mas dada a envergadura do mesmo, não tínhamos como e nem recursos para afectar a essas estradas.

Quanto a outras questões, como bem disse, precisava de propostas concretas. Também preocupa-nos sobretudo a questão da ligação aérea, que é um projecto que está em curso. Ainda ao longo desta semana nos reunimos com a companhia aérea STP-Airways, tendo indicado claramente que até o final deste mês gostaríamos de conhecer as acções e as formas que ela irá lidar com as propostas que o Governo fez em matéria de melhorias para essa companhia, ou seja, introduzindo duas aeronaves que seriam propriedades da companhia por via das acções do Estado. Portanto, aguardamos que essa reacção seja feita para que também possamos evoluir nesse dossier e relançarmos rapidamente melhorias no que toca à ligação aérea doméstica e também ao nível da Região Autónoma do Príncipe.

De uma forma resumida, penso ter respondido às questões e caso não seja eu peço a indulgência dos Srs. Deputados para que me repitam as questões, de forma a ver se as explicaremos melhor.

O Sr. **Presidente**: — Até agora parece-me que já houve oito intervenções e tenho aqui alistado mais três. Assim, gostaria de lembrar aos Srs. Deputados o factor tempo. Na nossa programação, está previsto o início às 8 horas e 30 minutos, mas infelizmente hoje, de novo, começámos muito tarde. Iremos tudo fazer para às 10 horas e 30 minutos pedir aos outros que estão a seguir para iniciarmos também o debate. Já tenho vindo a fazer apelo para respeitarmos escrupulosamente a hora e falei de novo hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, é só para clarificar um assunto. Significa dizer que em relação à Estrada Nacional n.º 1 a verba programada para 2011 não foi utilizada. Eu quero saber se os 15 mil milhões são para a questão da orla marítima e de quem é o financiamento. É da União Europeia? Pelas informações que tínhamos, já havia projecto para essa obra e agora estamos com muita dúvida em relação a isso, porque não sei se esses 2 mil milhões são só para a orla marítima ou para o piso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, antes de voltar a pedir algumas explicações ao Sr. Ministro das Obras Públicas, gostaria de fazer uma nota prévia em relação ao que o Sr. Presidente havia dito relativamente ao enceramento de determinados sectores. Acho que a questão não deve ser vista desta forma tão linear, porque ao haver realocação de verbas é possível que sejam feitas aos sectores onde já se tenha visto e ao se fazer essas realocações há que se chamar os sectores. Acho que foi este o sentido da frase do Sr. Deputado António Barros. Tem havido propostas de manter as verbas de «missões para o exterior» e tem-se mantido as do ano vigente. Quer dizer que há um remanescente que tem que ser realocado. Ao ser realocado, o que o Sr. Deputado quis dizer é que é possível e ele chamou atenção, parece ser sua intenção realocar alguma verba para o sector deste Ministério. Só que não tendo sido definido qual é o valor efectivo daquilo que se amealhou, ele não pode fazê-lo ainda e está a chamar atenção para que, uma vez finalizada e feito esse acerto com o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, se retome para fazer essa realocação. É para isso que ele quis chamar atenção.

O Sr. **Presidente**: — Evidentemente que a apreciação do orçamento do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional está programado para a última sessão e assim eu gostaria que no quadro próprio voltasse a colocar esta questão.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Quando se voltar ao Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, há que se voltar, por exemplo, ao Ministério das Obras Públicas, onde o Sr. Deputado disse que quer fazer a realocação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, apenas não sei se regimentalmente é isso factível.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Este entendimento tinha que ser feito, a não ser que o objectivo seria todas as verbas amealhadas para ficarem no Ministério das Finanças, que não é o caso. Fartamo-nos de dizer que há questões que vão ser colocadas noutros ministérios, mas o senhor, antes de dar, tem que saber qual é a quantidade que amealhou. Eu não sei se o faço entender. Nessa altura até não é discussão, mas isto é para aquele sector, por isso é que os tanques não estão fechados.

O Sr. Ministro não está, mas é só informá-lo que há essa intenção. Não sei se eu fiz entender. Esta é a primeira nota que gostaria de fazer em relação a isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, é só para concordar com o Deputado Sebastião Santos, porque realmente estamos na apreciação geral e, portanto, as propostas estão ainda a ser apreciadas. Assim, não há necessidade de se estar a fazer propostas neste momento, porque os sectores todos ainda não estão analisados. Acho que o que o Deputado Sebastião Santos disse é correcto.

O Sr. **Presidente**: — A minha preocupação é o seguinte: estamos aqui a discutir na especialidade e item por item. Muitas das vezes encerramos a sessão, votando já algumas decisões ou algumas alterações feitas pelo Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — O que entendi da intervenção do Sr. Deputado Sebastião Santos é que estamos a apreciar os orçamentos dos distintos sectores e não se pode avançar com propostas sem primeiro ter a certeza das alocações que se vai fazer, do valor total das alocações. É correcta essa forma de agir, porque não estamos a fazer isso no âmbito daquilo que é regimentalmente estabelecido, apreciação e debate das possíveis alterações, mas o volume dessa alteração ainda não está definido. É por isso que acho que é correcto da parte dele pedir à mesa para continuar nessa forma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — O alerta que fiz à Mesa é que eu gostaria que constasse na data essa preocupação.

Sr. Ministro, quando falei da questão das pistas rurais, sei que há duas fontes de financiamento. A minha questão não tem a ver com as fontes de financiamento, mas sim com as descrições. Por exemplo, o Sr. Ministro falou-nos de estradas, por pouco eu ia levantar essa questão, mas esperei primeiro pela sua resposta. De contrário, eu falaria da estrada de São Fenícia a Folha Fede. O que o Sr. Ministro disse é sua intenção, não consta de uma forma genérica. Por isso é que eu gostaria de pedir ao Sr. Ministro, porque as suas intervenções não vão constar do orçamento como tal. O orçamento é um instrumento que quando um cidadão pega e faz a leitura fica a saber o que está inscrito. Está-se a reabilitar estradas. Que estrada? O orçamento tem que dar a entender que construção é.

Outra precisão que eu gostaria que o Sr. Ministro fizesse é que falou-me de construção da estrada de São Fenícia a Folha Fede e provavelmente a outra estrada é reabilitação. É mesmo isso? Se for, o que eu queria pedir ao Sr. Ministro é a detalhação, especificações e que trouxesse a descrição para anexarmos, porque no orçamento anterior inclusive já lá estava. Parece haver uma incompatibilidade. Eu diria, uma não harmonização nos próprios textos. Por exemplo, o senhor diz aqui «continuação do projecto de abastecimento de água de Cangá/Pau Sabão». A gente já sabe que é lá. Por isso é que sugeri que da mesma forma como vem no orçamento do ano passado e em vigor, que nos outros orçamentos todos se fizesse a descrição de quais são os troços e as estradas que vão fazer. Amanhã a avaliação será feita em função disso, para que qualquer Deputado e qualquer elemento da população, porque o orçamento é público, possa saber que este ano se vai construir a estrada de São Fenícia a Folha Fede. Que não fique só de forma genérica, quer nesse sentido quer nas questões de água. Só abastecimento de água à população é muito genérico. Não se sabe concretamente o que é. O abastecimento de água à população é o que todos os governos fazem.

Peço a sua indulgência para posteriormente fornecer-nos a descrição de todos os troços de estradas se vai reabilitar e das localidades que se vai abastecer com água.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Ministro, a minha preocupação está um pouco relacionada com a preocupação do Deputado que me antecedeu, o Sr. Sebastião Santos.

O Sr. Ministro, na sua explicação, não sei se entendi mal, para o Distrito de Cantagalo falou do projecto de abastecimento de água e inicialmente tinha falado de projecto de abastecimento de água à vila de Ribeira Afonso e de um outro projecto na cidade de Santana. Gostaria que precisasse se são dois projectos diferentes. Se há um projecto para Ribeira Afonso e outro para a cidade de Santana.

Neste sentido, gostaria de apelar ao Sr. Ministro que o Distrito de Cantagalo começa da ponte de Manuel Jorge até Angra Toldo Cavalete e, tendo em conta essa questão de extensão do território com relação a estradas, não vejo discriminada a construção de qualquer estrada para o Distrito de Cantagalo.

Vou apresentar uma proposta ao Sr. Ministro. Há aqui duas rubricas de construção reabilitação de troços de estrada. Uma rubrica com Dbs. 12 532 000 000 00 (doze mil milhões e quinhentos e trinta e dois milhões de dobras) e outra com Dbs. 10 343 000 000 00 (dez mil milhões e trezentos e quarenta e três milhões de dobras). Sr. Ministro, segundo as informações que tenho e também porque contactei o Presidente da Câmara de Cantagalo, o orçamento que ele tem é para pelo menos duas estradas de terra batida ou calcetada. Portanto, 2 mil milhões e qualquer coisa seriam suficientes para reabilitar dois troços de estradas que são bastante importantes para ele. Assim, avançaria com uma proposta. Onde está «construção de estradas» e que não está discriminado, que o Sr. Ministro fizesse um exercício no sentido de afectar ao Distrito de Cantagalo 2 mil milhões, para a reabilitação dessas duas estradas que são bastante cruciais para a população de Cantagalo, uma vez que aqui no orçamento está no geral e não sabemos quais são as estradas e quais os distritos que vão ser beneficiados.

É uma proposta que estou a avançar e caso seja possível vamos ver aqui ao nível da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dar uma certa explicação ao Sr. Deputado Sebastião Santos, porque acho que é legítimo fazer a discriminação ou a explicação das verbas aqui inscritas, mas essa forma de apresentação de construção e de reabilitação de troços de estrada e depois anexar uma lista discriminada de estradas foi adoptado aqui nesta Assembleia a partir de 2007. É a prática que se tem vindo a utilizar até neste momento. Anteriormente, tentava-se esmiuçar muito as coisas no orçamento, mas conjuntamente com os Srs. Deputados decidimos que íamos apresentar a partir de 2007. Apresentámos construção e reabilitação de troços de estrada e depois anexávamos uma lista de intervenções que iam ser feitas. É só para explicar que está assim apresentado, porque foi convencionado nesse sentido. Acho que não haverá nenhum problema em anexarmos essas intervenções.

Em relação a intervenção do Sr. Deputado Gil, acho que há alguma coisa que não está a bater muito bem, porque uma vez disse que não sabia e o Ministro explicou quais são as intervenções que vão ser feitas. Acho que não é muito coerente dizer que porque Santana precisa de 2 mil milhões e vamos pôr 2 mil milhões; Lobata precisa de 2 mil milhões e vamos pôr 2 mil milhões; Lembá precisa de 2 mil milhões e vamos pôr 2 mil milhões e depois o objectivo do Governo, na sua política orçamental, não consegue ser executado.

O Sr. Ministro disse e bem que vamos intervir na construção da estrada que está abandonada, que é a estrada de S. Fenícia/Folha Féde, e nós sabemos que essa estrada está orçada aproximadamente em 600 mil dólares. Se retirarmos o montante de 2 mil milhões para Cantagalo, 2 mil milhões para Lobata, 2 mil milhões para Mé-Zóchi, altera totalmente aquilo que é o espírito do orçamento. Por isso, o que o Ministro está a dizer é que para essas pequenas intervenções estamos juntos com a Câmara. Neste momento, a Câmara fez um pedido para algumas acções concretas ao nível do Distrito de Cantagalo e estamos a tentar desbloquear uma verba para dar atenção a isso. Estamos a trabalhar com a comunidade local nessas estradas secundárias de terra batida, no sentido de darmos atenção a isso e alocar verbas para reparação e construção daqueles troços que são de maior relevância.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, sinto-me satisfeito com a preocupação dos Deputados em seguir o Orçamento Geral do Estado, porque é muito importante que assim seja. Houve anos aqui em que excedemos em 12, repito, 12 obras extra orçamental. Quer dizer que se houvesse seguimento, certamente essas obras não passariam.

Sr. Presidente, continuo a dizer que a preocupação que está aqui é legítima. Eu também me congratulo com a situação levantada pelo Sr. Deputado António Barros, porque a estrada da cidade de S. António está numa situação crítica. eu pessoalmente fiz um levantamento, ela tem vários problemas e carece de uma manutenção e o aspecto da cidade em si não está bonito.

É o primeiro lugar que as pessoas vêem quando lá chegam e vê-se logo o estado dessa estrada. É pois bastante importante que se veja como tentar resolver a questão dessa estrada ainda que seja parcialmente este ano e para o próximo ano alocar mais verbas para a continuidade de sua reabilitação.

Só para uma informação. O ideal, Srs. Deputados, seria conseguirmos reabilitar e construir todas as estradas em São Tomé e Príncipe, porque temos 1100 Km de estradas que estão sob a manutenção do GIME e esse grupo tem mais participação nas zonas rurais e há muitas estradas das zonas rurais que estão em manutenção e vão ser reabilitadas pelo GIME. Portanto, acho que o GIME aqui no orçamento, em princípio, veio cobrir muitas estradas e pistas rurais.

O Sr. **Presidente**: — Eu queria sugerir uma coisa aos Srs. Deputados. É que em abono da verdade, faltam 10 minutos para as 10 horas e 30 minutos. Queria que fixássemos até que horas podemos prosseguir com este debate, para depois dar acesso ao sector a seguir, que é a Saúde. Portanto, vamos continuar até perto das 11 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, infelizmente não está cá o Sr. Ministro das Finanças, porque a explicação que ele deu não sei se toda gente entendeu correctamente. Ele disse que os pressupostos que estiveram na base da decisão de não colocar verbas em relação ao troço de estradas a serem construídas é porque no nosso STP «somos todos primos» e quando há concursos as pessoas tomam conhecimento das verbas e põem lá o tecto quase igual. É por isso que se põe construção de estradas e não se põe a verba. Infelizmente, através de outras vias, as pessoas tomam conhecimento do montante.

Não posso culpar as Finanças, mas o certo é que o que tomaram como base para alterar essa lei em 2007 não tem nenhum efeito. Eu não estou a defender o Governo, mas é uma situação que tem que melhorar.

Em relação ao GIME, há uma estrada que liga o Rio d' ouro Pequeno, eu tive o cuidado de entrar em contacto com a INAE, porque é uma estrada de longa data, tem tido muitos problemas, toda gente do INAE sabe e estava para fazer a reabilitação. Infelizmente, porque uma parte é financiada pela União Europeia e outra pelo Governo de São Tomé e Príncipe, segundo o INAE, o Governo de São Tomé e Príncipe não cumpriu esse pagamento no seu prazo legal e, por isso, a União Europeia também não desbloqueou a verba. É a explicação que me deram, porque não pegaram a estrada que liga Conde ao Rio d' ouro Pequeno.

Portanto, eu não sei até que ponto deram atenção ao aspecto do nosso envolvimento no GIME, para garantir que o GIME venha a funcionar correctamente.

Eu, quando tenho as minhas dúvidas, marco entrevista com o meu Ministro ou com qualquer outro, mas não tive oportunidade de ser recebido pelo Ministro, fui recebido pelo Secretário. Falo as minhas coisas directamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, tomo a palavra novamente para amanhã não ser acusado de ter desvirtuado o orçamento ou para que a população de Folha Fede/S. Fenícia não venha acusar-me, porque devido à minha proposta é que a estrada não foi construída. Então, retiro a proposta inicial. Só fiz a mesma proposta porque, como disse, na generalidade, o Sr. Ministro tinha mostrado disponibilidade para encontrarmos uma forma de resolver essas questões, mas já que a verba poderá impedir a construção da estrada de Folha Fede/S. Fenícia, então, retiro a minha proposta. De qualquer forma, como tem sido prática, penso que já é do conhecimento de todo mundo e não é preciso apresentar mais argumentos, porque já está na comunicação social e em todo lado que a oposição tem estado a diminuir as verbas de «missões no exterior». Então, volto a colocar a mesma proposta ao Ministério das Obras Públicas, para que a verba de «missões no exterior» se mantenha com o valor do ano económico de 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção vai direccionada ao Orçamento do Estado, porque chamou a minha atenção uma direcção que aqui aparece, mas com uma actividade quase insignificante, que é a Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais. Qual é a minha preocupação? A minha preocupação está mais ligada à actual situação das terras do Estado para construção. Seria bom que o Sr. Ministro talvez visse alguma verba para que se tentasse minimizar esse problema, porque há um grande problema com as terras do Estado. No entanto, talvez visse uma verba para essa direcção para tentar pôr cobro às situações de ilegalidade que existem em relação às terras do Estado para construção.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria apenas de reagir à intervenção do Sr. Deputado Hélder Paquete que disse que anteriormente houve obras que foram feitas fora do quadro orçamental e que agora nunca se teria feito obras fora do quadro orçamental do Estado por este Governo. Ora, nós primamos pela lei, mas não somos contra o País. O espírito que deve nortear todos os são-tomenses é de melhor servir e elevar coisas que fazem bem a São Tomé e Príncipe, mas enquanto Secretário-geral de um Ministério deve saber que mesmo com este Governo existem obras que são feitas fora do quadro orçamental. Vou dar um exemplo: a reabilitação que se fez da estrada de Neves foi com fundos provenientes da empresa SONANGOL. Quero garantir-lhes aqui que o Grupo Parlamentar do PCD nunca irá estar contra que um empreendimento desta natureza, que vem para reparar as estradas seja feito com o fundo da SONANGOL ou do Estado angolano ou com qualquer outro fundo, desde que as obras obedeçam aos critérios de feitura de obras boas para São Tomé e Príncipe. Seria elogiável que a SONANGOL pudesse reparar todas as estradas que temos em São Tomé e Príncipe fora do quadro orçamental, desde que soubéssemos que está a fazê-lo porque isso é que é o verdadeiro interesse do País, contrariamente àquilo que já tivemos aqui no País, empresas que já se instalaram no País para a reparação de estradas que deveriam servir a todos, começamos a falar à toa e essas estradas não foram reparadas. Hoje estamos a gastar por volta de 35 milhões de dólares para repararmos e fazermos essas estradas, quando teríamos feito outras coisas com esse dinheiro.

Quero declarar aqui solenemente que o Grupo Parlamentar do PCD nunca se irá opor às obras que sejam feitas por outros estados, desde que no quadro legal. Quadro legal não implica ser directamente no orçamento do Estado. Prova disso é que o senhor sabe do que eu estou a falar, da obra que saiu daqui a Neves, mas como são-tomense, como patriota, como filho de mãe e pai são-tomense, que tem família aqui em São Tomé e Príncipe e que nasceu aqui, que cresceu, que estudou e que fez tudo aqui, que trepou e que deu aulas, inclusive, a um Sr. Deputado aqui presente, neste caso, defenderei todo São Tomé e Príncipe. É este o princípio patriótico e que fique bem claro. Eu só estou a dizer isso pela intervenção do Sr. Deputado amigo e colega Hélder Paquete.

Esta é a declaração solene do Grupo Parlamentar do PCD. Nós respeitaremos isso. Não damos tiro na nossa própria perna. Que venham todos os apoios externos, concertemo-nos aqui, definamos o quadro legal, para o bem deste país.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é apenas um comentário, o senhor está a levantar questões que têm a ver com a nacionalidade, portanto, todos nós somos são-tomenses.

Dito isso, estamos a chegar ao fim, portanto, já houve uma proposta de alteração e acho que vamos passar à votação da mesma rapidamente, para depois iniciarmos a discussão do orçamento do sector da Saúde.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Sr. Presidente, é para retomar a questão reposta pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa. Quero dizer-lhe que a inscrição que está no orçamento é de facto para requalificação e protecção da orla costeira, sem a qual não se deverá investir no piso. Portanto, não haverá intervenção no piso, apenas na protecção e requalificação da orla costeira.

Outras questões já foram respondidas pelo Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Neste caso, Srs. Deputados, vamos passar à votação da proposta de alteração que fez o Sr. Deputado Gil Costa, de reduzir a verba alocada para «missões no exterior», mantendo a proporção do orçamento ainda em vigor.

Tem a palavra O Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de pedir uma explicação ao Sr. Ministro. Aqui no orçamento está requalificação do troço da estrada, o Sr. Ministro disse que é orla marítima. Não sei se tem a ver com a requalificação do troço de estrada.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro quer prestar algum esclarecimento?

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — A Estrada n.º 1? Sim, é uma componente da estrada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do ADI vem, nos termos do artigo 166.º do Regimento da Assembleia Nacional, requerer o adiamento da votação na especialidade para o Plenário.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é um requerimento e o artigo 166.º, página 101, diz o seguinte: «Requerimento de adiamento da votação.

Ao requerimento de cinco (5) Deputados, a votação na especialidade é adiada para a reunião plenária imediata, sem prejuízo da discussão e votação das disposições seguintes.»

Eu só tenho que receber o requerimento e pedir à mesa...

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para um ponto de ordem.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Eu estive aqui presente quando se reclamou que os Deputados que não fazem parte da 2.ª Comissão não podiam fazer propostas. Como é que agora os que não fazem parte da Comissão vêm apresentar este documento.

Estamos na especialidade, na 2.ª Comissão, acho que tudo a ser tratado na 2.ª Comissão tem que ser com os membros da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos reler o artigo e interpretá-lo. Não é nenhuma proposta, é um requerimento. É sua interpretação, não tem nada a ver.

O documento deu entrada, vai seguir os seus trâmites a nível da Mesa da Assembleia e ver-se-á.

Protestos.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Se for assim, temos que requerer também, porque temos direito a voto.

Protestos.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, vamos passar à votação da proposta?

Uma voz: — Qual proposta?

O Sr. **Presidente**: — O requerimento entrou e vai seguir os seus trâmites legais a nível da Mesa da Assembleia. Há tramitações legais. É um requerimento sim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, o Plenário da Assembleia aprovou o Orçamento na generalidade e baixou-o para a Comissão Especializada em razão da matéria para apreciação na especialidade. Logo, o documento está na sede da Comissão Especializada. Se se quiser fazer a alteração desse procedimento, os Deputados, de forma genérica, fazem o pedido à Mesa da Assembleia e não à Comissão e a Mesa vai deliberar de acordo com os princípios. Quer dizer que o senhor nem pode receber este requerimento, porque enquanto membro e Presidente da Comissão o senhor gere a Comissão.

Explico-lhe porque é que isso está assim. Como a Comissão tem nove membros, para não boicotar o trabalho, cinco Deputados, que é a maioria que inviabiliza a aprovação do orçamento, fazem então o requerimento, porque a Comissão está inviabilizada para que a questão seja apreciada em Plenário. Esta é a lógica.

Vozes: — Exactamente!

Murmúrios.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Os membros da Comissão teriam que assinar qualquer proposta sua para isto. Quer dizer, estão a declarar a inviabilidade do processo. Perante este facto, o senhor terá que ir à Mesa da Assembleia que colocará o assunto ao Plenário. Portanto, este documento que o senhor tem é improcedente.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, é um requerimento de cinco Deputados e está a seguir os seus trâmites. Eu recebi uma cópia e certamente já foi introduzido na Mesa da Assembleia.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Então, o senhor não tem nada a ver com isso!

A sessão está a ser gravada como as outras e esta gravação constitui um documento oficial. O senhor está a dizer que recebeu uma solicitação para a 2.^a Comissão e recusa-se a que a 2.^a Comissão faça a apreciação.

O Sr. **Presidente:** — Solicitação dirigida a mim.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Já não vou falar mais. Estou a dar-lhe um conselho e se o senhor não quiser acatar é problema seu. Estou a aconselhá-lo como amigo. O senhor é Presidente da Comissão, recebeu o requerimento, a reunião o está a ser gravada, não tem como retirar, recebeu uma solicitação dirigida à Comissão. A forma de dirigir o documento à Comissão é através de si.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, para acabar com isso, quero dizer-lhe que assumo as consequências que vierem. Ponto final!

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, por favor, meus senhores desculpem-me. Eu ontem, a uma dada altura, quando usava da palavra, disse que os Deputados do grupo parlamentar que sustenta o Governo, muitas vezes, criam mais dificuldades ao próprio Governo e depois não nos venham acusar de fazermos oposição, de que não queremos aprovar o orçamento para que o Governo comece a trabalhar.

O senhor recebeu o documento dirigido ao Presidente da 2.^a Comissão. O que é isso de o senhor assumir o documento para si, Sr. Presidente? O que é isso?

O Sr. **Presidente:** — Só um momento. É só para esclarecer...

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu ainda não acabei!

O Sr. **Presidente:** — Um ponto de ordem para esclarecimento.

O documento entrou, será que todos os Deputados têm que assumir o documento ou o Presidente é que tem que assumir que o documento deu entrada?

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — O Presidente?

O Sr. **Presidente:** — Como é que tem sido ao nível da Assembleia? É a mesma coisa na Assembleia da República. Quando entra um documento dirigido ao Presidente, todos os Deputados têm que assumir que o documento entrou ou o documento vai à Conferência de Líderes e aí decide e agenda para a plenária?

Eu até disse aqui que vou assumir as consequências. Se vier alguma coisa negativa, eu assumirei. Assumirei!

Tenho coragem suficiente para ir à Televisão ou à Rádio e dizer que cometi esse erro. É o que eu estou a dizer. Fá-lo-ei!

Sou uma pessoa recta, nunca me meti em falcatruas nem em bandidagem. Sabem disso muito bem!

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — O senhor recebeu o documento e, no mínimo, devia levá-lo à consideração dos membros da Comissão. O senhor não pode, unilateralmente, assumir ou deixar de assumir. Ponha o documento à consideração dos outros membros da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a discutir o orçamento e não o requerimento. Vamos continuar o nosso trabalho. Os Srs. Deputados não querem avançar os trabalhos? Não estão interessados em continuar os debates? Então, eu assumo qualquer coisa e seja o que Deus quiser!

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, apenas para lamentar esta situação que devia até ser resolvida pelo próprio proponente. Eu digo porquê. Se o requerimento foi dirigido ao Sr. Presidente da 2.^a Comissão, estamos à espera da decisão de quem? A decisão tem que ser tomada na 2.^a Comissão, não vai ser o Presidente da Assembleia a decidir. Portanto, estamos a encontrar problemas onde não existe sequer, porque um documento dirigido a si não vai para a decisão do Presidente da Assembleia, só para conhecimento, que eu saiba, regras administrativas.

Agora, se o senhor mandou para os serviços é para parecer, comentar e dar entrada, mas para voltar cá. Daí que é legítimo que os Deputados da 2.^a Comissão peçam o documento para ver e depois decidirem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado eu acho que são coisas completamente diferentes. Uma questão é discutirmos o orçamento e os itens que têm que ver com o orçamento e outra questão é um requerimento que poderá ser razão de destaque.

Agora, o que eu disse é que admiti o documento e está admitido e depois disso continuamos o nosso trabalho pacificamente.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Recebeu o documento, está dirigido a si ...

O Sr. **Presidente**: — Admiti o documento. Agora, a Assembleia é uma Casa Parlamentar, os serviços irão certamente orientar-me e o período que foi feito foi apenas para evocar a votação em Plenário.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Estou a tentar ajudar-lhe, mas continua ...

O Sr. **Presidente**: — O assunto que está aqui abordado neste requerimento não tem absolutamente nada a ver com a discussão do orçamento sectorial. Não estou a ver porque é que a Comissão toda tem que deferir o requerimento colocado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas isso deve ser assim!

O Sr. **Presidente**: — Não é assim!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ah não?

O Sr. **Presidente**: — Nunca nesta Casa Parlamentar alguma vez um requerimento teve que ser decidido pela Comissão. A Comissão tem que decidir por um requerimento?

Se for sobre o orçamento, tudo bem, estamos a discuti-lo, mas não estamos a discutir o requerimento, meus senhores. É isso que eu estou a dizer.

Ajudem-me a entender esta questão, porque não estou a entender nada.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, muito bom dia. Eu gostaria de contribuir no seguinte: ouvi a explicação feita e fiquei com a impressão de que o procedimento que Vossa Excelência teve não é correcto. Vou explicar porquê e tenho a certeza absoluta de que o próprio proponente sabe que o procedimento não deve ser esse. Há uma carta dirigida ao Presidente da Comissão, neste momento o senhor é Presidente da 2.^a Comissão em exercício, ainda que interinamente. Está a 2.^a Comissão reunida num formato especial por se tratar da discussão na especialidade do Orçamento Geral do Estado. O que Vossa Excelência deve fazer, do meu ponto de vista, e isso é regimental e faz parte do senso comum normal, é, se não quiser que esta decisão seja tomada diante de outras pessoas, encontrará um espaço só com os membros da 2.^a Comissão e esta é que deverá dar um parecer subscrito por si. Se quiserem fazer recurso ao Presidente, a decisão não pode ser sua, tem que ser do órgão em que o senhor está, neste caso, o órgão é a 2.^a Comissão Especializada.

Penso que esse expediente, ao ser feito como o senhor fez, está incorrecto. Não são os serviços que têm que dar o parecer, mas sim a Comissão e neste caso se achar que não tem competências para decidir, então recorrerá à 2.^a Comissão, mas não é ao Presidente da Comissão.

Sr. Presidente, o que estou a dizer é por convicção, porque isto é assim. Daqui há algum tempo poderá estar invertido e eu não gostaria de estar na posição do grupo parlamentar que sustenta o Governo, a ter uma posição deste tipo. Isso seria desonra para um órgão como a Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço e acho que já não vamos polemizar isso. Já exprimi bastante o que me vai na alma, já disse tudo o que penso, até disse pessoalmente que assumo todas as consequências, nem que me venha a custar caro. Portanto, eu assumo. Foi uma decisão que tomei, porque achei que como o requerimento foi dirigido à minha pessoa e aqui quando consulto o Regimento não vejo nada, posso repetir o que diz: «Requerimento de adiamento da votação», artigo 166.º, os senhores Deputados podem ler e verão que nada me impede ou me orienta ou me diz que não posso aceitar esse requerimento. Diz apenas requerimento de cinco Deputados e foi o que aconteceu. Em nenhum momento diz que são Deputados da 2.ª Comissão. Não diz isso! Pode ser que entendo mal o português, mas não vejo nada que me ajude a interpretar o contrário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente é a primeira vez que intervenho para pedir a indulgência da sua parte para avançarmos. Aceite parte daquilo que disse o Sr. Deputado José Viegas. Parte, não tudo que disse. Qual é a parte? A que deveria a 2.ª Comissão, com todos os seus membros e presidida por si, reunir e decidir sobre o requerimento. Acho que é a proposta mais coerente do momento para se avançar. A 2.ª Comissão tem que conversar sobre a decisão que tomou de pedir apoio ou parecer ou esclarecimento aos próprios funcionários da Assembleia. Depois, entre os membros da Comissão, se acharem que é melhor esperar o parecer dos serviços de apoio, esperem, se acharem que não é necessário, vocês melhor decidirão. Assim é para avançarmos.

Acho que a proposta do Sr. Deputado José Viegas, não tudo o que disse, porque disse algumas coisas com as quais eu não concordo, seria a melhor para avançarmos.

A discussão levou-nos, infelizmente, a um rumo que não nos dignifica como Deputados e como Presidente de uma Comissão. A forma como nós, os Deputados, nos dirigimos a si, Sr. Presidente, não é a melhor e eu gostaria de lembrar a todos dos deveres dos Deputados que constam no artigo 18.º do Regimento, que é respeitar a dignidade da Assembleia e dos Deputados, observar a ordem e a disciplina e acatar a autoridade do Presidente da Assembleia.

Obviamente aqui é o Presidente da Assembleia, mas posso fazer uma elasticidade ao Presidente da Comissão, já que é uma reunião da Comissão, mas também não significa que temos que acatar a autoridade, quando essa autoridade é ilegal, é incorrecta. Não foi isso que o Regimento quis dizer.

É com muita mágoa que digo que estamos muito mal.

É esta a minha proposta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Perante isto, aceito esta proposta. Não sei se haverá Deputados aqui, nomeadamente da oposição, que queiram rapidamente conversar sobre este assunto, aliás, convido desde já o Sr. Deputado José Viegas para um encontro rápido com alguns Deputados da Comissão para analisarmos com fundamento esta questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, penso que Vossa Excelência tem dois formatos. Um formato é a Comissão Especializada, a 2.ª Comissão que o senhor lidera. Sozinhos devem tomar uma decisão, aliás a decisão tem que ser vossa. Aconselho-o a buscar uma solução consensual. Não force nada, não vá ao extremo, encontre uma solução consensual para isso.

Outro formato, pode reunir a Comissão e socorrer-se, eventualmente, de nós, Líderes Parlamentares, como se fosse uma mini Conferência de Líderes. Faça isso. Penso que será o formato para resolver o problema, no meu entender, como deve ser, em termos de procedimento.

Eu lamento que tenham posto o senhor na situação em que está.

O Sr. **Presidente**: — Dito isso, acho que o segundo formato é melhor, porque envolve muito mais pessoas, nomeadamente os líderes dos grupos parlamentares. Peço desculpas ao Sr. Ministro e à Sra. Ministra, vamos ter que suspender a reunião por 15 minutos para decidirmos sobre isso.

Acho que o orçamento é algo muito importante para o País e não pode ser amarrado a coisas que não têm nada a ver. Para mim esse assunto de requerimento não tem nada a ver com o orçamento em si. Portanto, peço a indulgência dos Srs. Ministros para nos concederem esse tempo.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Plano e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, nós não temos objecção a isso, mas eu queria só chamar a atenção que houve um adiamento da discussão de amanhã para a segunda-feira. Infelizmente, na segunda-feira eu não poderei estar presente. Não poderei estar presente, porque segundo a programação e nós baseamos na própria programação da Assembleia, na segunda-feira haverá a reunião dos doadores aqui em São Tomé e será presidida pelo Ministério do Plano e Cooperação Internacional. Por isso, eu estarei envolvido de manhã até a tarde nesse processo, portanto, não poderei estar presente na discussão na especialidade na segunda-feira.

O Sr. **Presidente**: — Bom, isso é mais um embaraço adicional, mas Sr. Ministro, daqui a 15 minutos que horas serão? Portanto tentaremos também analisar isso.

Pedi também que viessem os juristas da Casa Parlamentar para ajudarem a interpretar este requerimento.

Portanto, a reunião está suspensa.

Eram 11 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos retomar a reunião.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Após analisar os artigos e com o apoio dos juristas aqui da Casa, o proponente do requerimento decidiu retirá-lo e vai ter a oportunidade de fazê-lo, baseando-se no artigo 166.º, em Plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, como nem todos pudemos ter o direito de participar nessa reunião, queremos saber qual foi a opinião dos juristas e dos Srs. Deputados da Comissão. Os serviços de apoio ajudaram nisso por acaso? Independentemente de a proposta ter sido retirada, eu gostaria de saber qual é a opinião dos serviços de apoio.

O Sr. **Presidente**: — A interpretação que os serviços de apoio fazem é que deve haver uma subdivisão em relação a esse assunto, porque a subdivisão está estatuída na discussão e votação na especialidade e eles alegam que se devia considerar o facto de se dizer cinco Deputados, são cinco Deputados na especialidade. Portanto, eu também frisei que a lei aqui para mim é omissa. Daí que o proponente retirou e nós continuamos. Haverá um outro quadro em termos regimentais em que se poderá colocar isso.

Terminamos assim esta parte dos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 35 minutos.